

## A mulher e a saúde nas propagandas de contraceptivos (1965-1970)

VALDERIZA ALMEIDA MENEZES\*

### Introdução

O corpo do século XX conheceu uma exposição sem precedentes. Isso não foi, como se poderia pensar, fruto somente da iniciativa dos pensadores da época, mas das questões colocadas por aqueles que tinham suas especificidades desvalorizadas e por isso lutavam por mais igualdade: os movimentos de minorias, como os feminismos e o movimento *gay* tiveram importância fundamental para essa alocação do corpo no foco das atenções.

O conceito de *Saúde Reprodutiva* é resultado exemplar da relação entre movimentos que privilegiam as individualidades, e a “politização do privado”, máxima chave para o movimento feminista da década de 1960 (também chamado de feminismo de segunda onda). Para este, além de direitos civis, interessava naquele momento uma maior autonomia sobre o corpo que, por sua vez, viesse a proporcionar um questionamento maior das relações de gênero então vigentes. Lutava-se pelo direito à contracepção e ao aborto gratuitos como forma de poder ter na maternidade uma opção e não uma fatalidade biológica. Considerada pelas feministas marxistas como maneira de oprimir e definir lugares para as mulheres na família e na sociedade, a maternidade poderia deixar de ser um destino obrigatório de toda mulher se aqueles direitos fossem conquistados. Nesse sentido percebemos como o corpo, não deve ser compreendido como matéria bruta e imutável; possui também sua historicidade e está “submetido à gestão social, tanto quanto ele a constitui e ultrapassa.” (SANT’ANNA, 2005: 12)

Desde a CIPD - *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas* ocorrida no Cairo em 1994, O conceito de *Saúde Reprodutiva* passou a ser utilizado pelos organismos internacionais<sup>1</sup>, como a OMS – Organização

---

\* Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda em História Social na mesma Universidade e bolsista CAPES/PROPAG.

<sup>1</sup> A institucionalização do conceito, apesar das vantagens que trouxe – como uma maior visibilidade da problemática da saúde reprodutiva, um maior comprometimento das instâncias governamentais com a questão e o reconhecimento das reivindicações feministas – também pode representar riscos, como a manutenção de políticas de controle de população com um novo rótulo. Há o risco também de se tomar o conceito olvidando a discussão feita pelo movimento feminista, com seu caráter contestatório

Mundial de Saúde, retomando e propondo novas questões ao conceito de saúde utilizado em todo mundo desde 1946, que coloca saúde como total bem-estar físico, mental e social que não consiste apenas na inexistência de doenças. Unido a este conceito tem-se um elogio à ciência médica e a técnica, indispensáveis para alcançar o bem-estar e a saúde ideal - ou idealizada. (SCAVONE, 1999: 21-56). Desta maneira, o novo conceito foi assim definido:

*A Saúde Reprodutiva é o completo bem-estar físico, mental e social e não a mera ausência de doença ou enfermidade, em todas as questões relacionadas com o sistema reprodutivo e suas funções e processos. Assim, saúde reprodutiva sugere que as pessoas são capazes de viver uma vida sexual satisfatória e segura e que possuem a capacidade de reproduzir e a liberdade para decidir se, quando e com que frequência fazê-lo. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres a estarem informados e terem acesso a métodos anticoncepcionais seguros, eficazes, econômicos e aceitáveis da sua escolha para a regulação da fertilidade, que não sejam ilegais, bem como o direito de acesso a serviços e cuidados de saúde adequados que possibilitem as mulheres uma gravidez e partos seguros e que providenciem aos casais a melhor possibilidade de terem uma criança saudável. (CIPD, 1994: parágrafo 7.2)*

Nesse sentido, torna-se de fundamental importância a utilização de técnicas contraceptivas eficazes<sup>2</sup> que garantam a *segurança* e o maior *conforto* dos casais, palavras bastante utilizadas nas propagandas de anovulatórios que iremos apresentar neste trabalho. *Anovulatórios* era como eram denominadas as pílulas anticoncepcionais nos anúncios, nas décadas de 1960 e 1970 devido às proibições constantes no Decreto-Lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais) que, em seu capítulo I, artigo 20, proibia: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez”. A pena para a infração consistia no pagamento de multa que podia variar de “mil réis a cinco contos de réis”. Tal proibição de anunciar métodos contraceptivos só foi revogada em 1979, permanecendo ainda o anúncio de substâncias abortivas como uma contravenção.

---

das relações de gênero. Além disso, o conceito “retoma el paradigma utópico de la salud, neutralizando las contradicciones sociales, económicas y políticas que están presentes em los distintos análisis feministas.” (SCAVONE, 1999:32).

<sup>2</sup> Vale ressaltar que as pílulas - e os outros contraceptivos medicalizados - trouxeram consigo uma recusa e desconfiança dos métodos anticonceptivos caseiros - até então considerados “coisas de mulher” – principalmente se levarmos em consideração que a maioria dos profissionais da medicina nas décadas de 1960/70 era homem. Assim, mesmo que as tecnologias reprodutivas fossem direcionadas quase que exclusivamente para mulheres, a produção e o controle delas estavam majoritariamente com os homens. (SCAVONE, 1998: 111-112)

A pílula anticoncepcional foi criada por Jonh Rock e Gregory Pincus, estudiosos americanos que vinham realizando testes em mulheres do Porto Rico e do Haiti desde 1956. Em maio de 1960, o ENOVID – pílula que combinava progesterona sintética com estrogênio – começou a ser vendida nos Estados Unidos, lançada pelo laboratório Searle. No ano de 1961 a pílula chegou a alguns países da Europa e na Austrália, fabricada pelo laboratório Schering AG. Em 1962 chegava ao Brasil. (SOUZA JÚNIOR, 2006: 20)

Ao contrário do que se possa pensar, as pílulas, assim como as laqueaduras e os DIUs (Dispositivos Intra-Uterino), aparecem na bibliografia referente à América Latina, não como uma solução para o controle da fertilidade dos casais, mas como uma maneira de evitar o crescimento desenfreado das populações daqueles países, fato que, associado ao comunismo pós 2ª guerra, poderia trazer conseqüências danosas para o capitalismo e os países desenvolvidos (FONSECA SOBRINHO, 1993). A possibilidade de sua utilização causou inúmeros debates, principalmente no âmbito religioso, contrariando as expectativas de John Rock, que era católico.

Os contraceptivos orais e outros métodos anticonceptivos medicalizados parecem, dessa maneira, não terem sido direcionados para as mulheres de classe média, mas estas aderiram ao uso. Acreditamos, porém, que nesse sentido não haja diferenciação: embora se fale em controle de natalidade para as camadas pobres da população, as mulheres desta classe também queriam, assim como as mulheres de camadas médias, evitar a gravidez. Se aquelas que tinham mais recursos poderiam adquirir as pílulas nas farmácias, as pobres contavam com entidades como a BEMFAM, entidade responsável, dentre outros serviços, pela distribuição gratuita de pílulas anticoncepcionais às mulheres pobres<sup>3</sup>.

Este artigo é oriundo das discussões que temos desenvolvido em nossa dissertação de mestrado, que tem como objetivo maior refletir historicamente sobre a

---

<sup>3</sup> A BEMFAM – Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil foi criada em 1965, durante o XV Congresso Nacional de Ginecologia e Obstetrícia. Em 1967 filiou-se a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) que passou a financiar suas atividades no Brasil. Em 1972 possuía dois postos de atendimento em Fortaleza: um no conjunto integrado de Mondubim e outro nas Oficinas da Segunda Divisão Cearense (coincidência ou não, as áreas mais populosas de Fortaleza na atualidade), além de manter assistência médica na Maternidade Escola Assis Chateaubriand. A entidade distribuía pílulas anticoncepcionais para as mulheres pobres e aplicava DIUs. Na bibliografia e nas fontes históricas referente ao assunto, a BEMFAM aparece como responsável pela esterilização de mulheres sem consentimento prévio e pela distribuição de pílulas anticoncepcionais sem esclarecimentos quanto aos efeitos colaterais.

relação das mulheres pobres com a contracepção medicalizada/científica no período de 1960-1980, em Fortaleza-Ceará. Neste trabalho, especificamente, pretendemos refletir sobre a idéia de saúde e de mulher que perpassa algumas propagandas de contraceptivos que encontram-se nos *Anais Brasileiro de Ginecologia* de 1965 a 1970. Vale ressaltar que, tratar a pílula anticoncepcional no âmbito da saúde, não significa colocar a gravidez como uma enfermidade. Contudo, se analisarmos o conceito de saúde reprodutiva em gênese na época de nossa pesquisa e já exposto aqui, perceberemos que ele considera além do bem-estar *físico e mental*, o *social* e é certo que uma gravidez indesejada pode trazer desconforto para essas três esferas. Os anticoncepcionais também eram indicados – como ainda são hoje - para a resolução de problemas, como irregularidades no ciclo menstrual. Mesmo assim, acreditamos que seu uso tenha sido destinado prioritariamente para o planejamento familiar, denotando a entrega das mulheres a uma técnica que poderia minimizar problemas conjugais e garantir-lhes uma vida de outras possibilidades, mesmo que à custa de vários efeitos colaterais causados pelas primeiras pílulas, que tinham altas dosagens hormonais. Acrescentamos ainda que, como não podiam ser anunciados como um meio de evitar a gravidez, a indicação dos contraceptivos orais como solucionador de inúmeros problemas ginecológicos servia como um disfarce que neste trabalho será analisado, mas que findava, na verdade, por não enganar a ninguém.

### **As mulheres e a saúde nas propagandas de contraceptivos**

Treze de agosto de 1968. Um jornalista apresenta uma matéria na qual havia solicitado que mulheres ligassem para a redação do jornal *O Povo*<sup>4</sup> expondo suas opiniões sobre a pílula anticoncepcional, que naquele momento era utilizada por mais de 50 mil mulheres em Fortaleza. Entre as que eram contra e as que afirmavam ser a favor da utilização da pílula, o jornalista afirma que uma senhora casada ligou para a

---

<sup>4</sup> O jornal *O Povo* foi fundado por Demócrito Rocha e por Paulo Sarasate em 1928. A partir de 1950 com a sua organização como empresa lhe assegurou um lugar importante na renovação técnica, principalmente de equipamentos. Para Gilmar de Carvalho, este jornal seguia, de maneira incondicional, os postulados autoritários na década de 1960, fato que, segundo o autor, parece ter sido bem comum aos jornais cearenses, que chegavam a apoiar “até entusiasticamente, a intervenção militar”. No caso de *O Povo* isso ocorria também pela proximidade de Paulo Sarasate com Castelo Branco, o primeiro dos militares a governar o Brasil, de 1964 a 1967. NOBRE, 2006)

redação do jornal e pediu para que o mesmo evitasse falar sobre a larga utilização do anticoncepcional na cidade, pois para ela que usava tais comprimidos sem que o marido soubesse, a matéria era “um tanto perturbadora.” (O POVO, 1968: 05).

A situação relatada acima pretende introduzir a discussão que queremos realizar a respeito de algumas propagandas de anticoncepcivos que encontram-se nos *Anais Brasileiro de Ginecologia*<sup>5</sup> entre os anos 1965-1970. Este periódico tinha como diretor-fundador, em 1936 – ano de sua fundação - o professor catedrático de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Arnaldo de Moraes. Contava com 11 redatores e seu gerente era Arnaldo A. de Moraes. Muitas propagandas permeavam a publicação: de sanatórios, de diversos medicamentos e até de livros do fundador. Em 1960 o redator secretário era Dra. Clarice do Amaral Ferreira e o secretário Arnaldo de Moraes Filho. Possuía colaboradores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Era uma publicação sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Ginecologia, Sociedade Brasileira de Fertilidade, Sociedade Brasileira de Citologia, Sociedade Brasileira de colposcopia e do Ateneu do Instituto de Ginecologia da Universidade do Brasil. Em 1970 a revista tornou-se órgão oficial do Centro Brasileiro de Dinâmica Populacional e Reprodução Humana (DINABRÁS), o diretor redator chefe e editor responsável era Arnaldo de Moraes Filho e a revista possuía um correspondente nos EUA: Arnaldo Gomes de Carvalho. As colaborações publicadas eram: trabalhos originais, palestras, conferências, notas clínicas e técnicas e cartas à redação. Com exceção das cartas, todas as outras colaborações poderiam ser escritas em português, francês, inglês e espanhol.

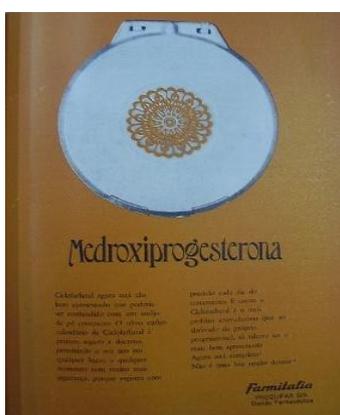
A primeira questão que podemos colocar é: de que maneira pode-se relacionar propagandas de anticoncepcionais com a situação exposta acima, na qual uma mulher incomoda-se com a exposição que julga ter sido propiciada pelo autor da matéria jornalística, ao mencionar o grande uso de anticoncepcionais na cidade de Fortaleza em agosto de 1968? Para refletir sobre essa inquietação apresentamos, logo abaixo, a propaganda do anticoncepcional *Ciclofarlutal* fabricado pelo laboratório italiano *Farmitalia*. Deve-se ressaltar, antes de tudo, que neste trabalho concordamos com

---

<sup>5</sup> A partir de 1971 o novo diretor, Arnaldo de Moraes Filho, modificou o nome deste periódico para *Jornal Brasileiro de Ginecologia* por achar esta designação “mais ativa”. Permaneceu o mesmo formato e a numeração seguia a ordem já iniciada pelos *Anais*. Os anúncios que este trabalho discute estiveram presentes em vários números daquela publicação. Em nota de rodapé indicamos em que número específico encontram-se as propagandas aqui apresentadas.

Ulpiano T. Bezerra de Menezes em sua definição de *leitura* para documentos visuais. Para o autor, a palavra é tomada sem compromissos especiais com a escrita, referindo-se “à identificação e organização de atributos empíricos, de natureza tanto verbal quanto visual, selecionados para atender a questões históricas concretas que possam ser propostas à imagem, tomada como fonte de informação.” (MENEZES, 2000: 106) Vale salientar, de igual maneira, que não tentaremos explicar as propagandas em si, mas as observações sobre elas. Salientaremos o que nos chama mais atenção e o efeito que causa sobre nós, entendendo descrição como demonstração. (BAXANDALL, 2006)

Se pudéssemos visualizar esta imagem apartada de seu texto e do local onde ela



se encontra – uma revista direcionada à categoria médica especializada em ginecologia – certamente não diríamos que se trata de uma embalagem de pílulas anticoncepcionais. E podemos acreditar que é exatamente essa a intenção do fabricante, como podemos perceber no texto que acompanha a imagem, que salienta sua *descrição*, além de outras características como a *praticidade* e a *segurança*:

*Ciclofarlutal agora está tão bem apresentado que poderia ser confundido com um estôjo de pó compacto. O novo estôjo-calendário de ciclofarlutal é prático, seguro e discreto, permitindo o seu uso a qualquer momento com muito mais segurança, porque registra com precisão cada dia do tratamento. Ciclofarlutal é o mais perfeito anovulatório (por ser derivado da própria progesterona), só faltava ser o mais bem apresentado. Agora está completo! Não é uma boa opção, doutor?<sup>6</sup>*

A embalagem de *ciclofarlutal* parece vir responder a uma necessidade não apenas da senhora que ligou para a redação do jornal *O Povo* naquele treze de agosto de 1968. Para além de uma simples invenção de um fabricante que pretendia garantir um produto “bem apresentado”, acreditamos que trata-se do atendimento de uma demanda, que não deveria ser apenas da cidade de Fortaleza naquela situação histórica: os fabricantes, assim como os publicitários, trabalham a partir das necessidades de determinado mercado, neste caso mulheres que querem evitar a gravidez, mas preferem

---

<sup>6</sup>ANAIAS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.67. n.4. Abr. 1969. Propaganda do anticoncepcional *Ciclofarlutal*.

fazê-lo de modo discreto. Perguntamo-nos: para que a discrição e o disfarce se trata-se de um *tratamento*? Certamente o fato das mulheres estarem optando por não engravidar ainda constituía um choque. A embalagem acima não existiria se não houvesse uma demanda e mulheres tomando suas pílulas às escondidas.

Apesar da propaganda a que nos referimos acima não ser direcionada para as mulheres (visto que as revistas médicas têm circulação restrita), mas para os médicos, são eles que as consultam e podem prescrever as pílulas. Notemos no texto que acompanha a imagem a tentativa de convencer o médico de que *ciclofarlutal* além de eficiente é o melhor apresentado: “*Não é uma boa opção, doutor?*” Essa semelhança com um estojo de pó-compacto, além da discrição, garante que o uso possa ser feito a qualquer momento e assim evitar qualquer impossibilidade da tomada de alguma das pílulas, o que prejudicaria sua eficácia. Interessante notar, como já ressaltamos, que o uso dos anticoncepcionais é tido como um “tratamento”. Assim como hoje, as pílulas anticonceptivas eram utilizadas nas décadas de 1960 e 1970 para resolver problemas como, por exemplo, “dismenorréia, tensão pré-menstrual, alterações no ciclo menstrual, esterilidade feminina, amenorréia primária, acne pré-menstrual, endometriose <sup>7</sup>”. O uso de termos de difícil compreensão justifica-se pelo local de veiculação das propagandas e também pelo público a que se destina: a classe médica. Surpreende-nos a indicação do *Noraciclina* como uma solução para a esterilidade feminina. É possível que isso fosse feito para ludibriar uma possível censura aos periódicos médicos ou ainda para desmitificar idéias correntes à época, como a de que, se utilizada por muito tempo, a pílula seria responsável pela atrofia dos ovários e com isso, pela infertilidade. Ainda que possa realmente solucionar a esterilidade, acreditamos que a maior procura pelos anticoncepcionais se dê exatamente no sentido oposto: causar uma esterilidade temporária.

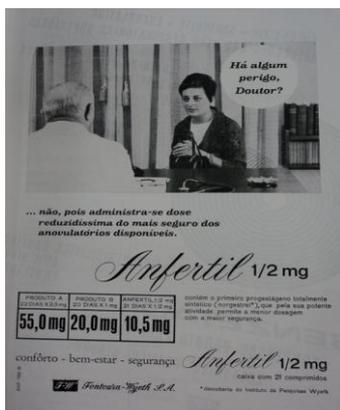
Na grande maioria das propagandas de anticoncepcionais analisadas até o momento em nossa pesquisa, as pílulas são indicadas como “reguladoras de ciclo”, e não fica totalmente clara a utilização como um meio de impedir a concepção, visto que não são nomeadas de anticoncepcionais, mas de anovulatórios. Tal situação se deve à

---

<sup>7</sup> Indicações do anticoncepcional *Noraciclina*, do laboratório Ciba. ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.39. n.3. Mar. 1965. Propaganda do anticoncepcional *Noraciclina*.

legislação da época. A Lei de contravenções penais de 1941 considerava sujeito à multa o anúncio de produtos destinados a evitar a gravidez (FARIA, 1989: 98). A palavra anticoncepcional não podia ser mencionada nos rótulos dos produtos e outros tipos de contraceptivos eram vendidos como “cremes e geléias para a higiene da mulher”, o que nos faz pensar que tal ação empreendida pelos laboratórios farmacêuticos não teria sentido se a procura pelos contraceptivos não fosse grande. A oportunidade de anunciar produtos contraceptivos só tornou-se realidade quando de um abrandamento do regime, em 1979.

Como já mencionamos, as propagandas contidas nos *Anais Brasileiro de Ginecologia* são direcionadas aos médicos, que por sua vez podem ou não prescrever determinada substância aos seus pacientes. Para além das alianças entre médicos e indústrias/laboratórios farmacêuticos buscando favorecimentos econômicos para ambos os lados (que não é o foco de nossa discussão) o que queremos pensar aqui é também a tentativa de convencimento para que se receite o produto da propaganda. Além disso, acreditamos ser possível inferir sobre idealizações do período, já que os publicitários



são profissionais inseridos em seu tempo. Assim, “todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito – ou um intento ou, por assim dizer, uma ‘qualidade intencional’.” (BAXANDALL, 1991:81)

Observemos a propaganda ao lado. Trata-se do anúncio do anovulatório *Anfertil*. Antes de identificarmos o texto, atentemos para a imagem. Uma senhora conversa com um médico em seu consultório. O local garante a discricção<sup>8</sup>; a mulher pode tirar suas dúvidas sem preocupações e, mesmo se pudéssemos ter certeza de que ali há uma janela, esta senhora não seria vista, pois as cortinas estão fechadas. A imagem tenta nos convencer que o médico que a atende é experiente, seja por seus cabelos brancos ou pelos livros que ele mantém em seu consultório (parte inferior direita da imagem). Um último e importante detalhe que podemos apontar é a postura da senhora: se repararmos bem, perceberemos que em sua mão esquerda há uma

<sup>8</sup> O Decreto nº 4.115 de fevereiro de 1942 proibia os médicos de anunciar tratamento destinado a evitar a gravidez ou interromper gestação, contudo não poderia ser efetivamente fiscalizado, visto que as consultas ocorrem, em geral, em salas fechadas.

aliança. A forma como ela se apresenta parece querer salientar isso, além do recato aparente em suas vestimentas.

Sabemos que apenas o fato da existência dessa propaganda não teria o poder de limitar o uso das pílulas anticoncepcionais às mulheres casadas e nem seria interessante para as indústrias farmacêuticas restringir seu mercado. A imagem parece apontar, dessa forma, mais para um anseio da sociedade em que o produto encontra-se inserido do que para uma vontade dos fabricantes de pílulas anticoncepcionais. Não apenas nas revistas médicas, mas nas revistas direcionadas ao público feminino nas décadas de 1960 e 1970, a contracepção é indicada para mulheres casadas (BASSANEZI, 1996: 361).

Partindo para o texto escrito, acreditamos que o que mais inquieta nessa propaganda é a entrega do indivíduo à técnica e à ciência, personificadas na figura do médico. Percebemos isso a partir do diálogo, no qual a senhora pergunta: “há algum perigo doutor?” ao que o médico responde: “não, pois administra-se dose reduzidíssima do mais seguro dos anovulatórios disponíveis.”<sup>9</sup> O primeiro ponto que deve ser destacado do diálogo é a pergunta. Se ela existiu é porque existia também o temor. Por outro lado, percebe-se no anúncio que ratifica-se o poder médico. É ele o mais recomendado para receitar o que é mais indicado para a paciente (termo que além de espera aponta passividade). Para Scavone, o largo uso dos métodos contraceptivos está inserido no “espírito da modernidade” no qual a ciência e a racionalidade ocupam espaço privilegiado e definem novas formas de viver. (SCAVONE, 1998: 88) O anúncio salienta as vantagens do uso, o que pode ele propiciar: “conforto - bem estar – segurança”, características chave da modernidade. Esse mundo moderno por sua vez, pressupõe novas maneiras de lidar com o corpo, tornando-o mais preciso e até mesmo previsível.

Vale ressaltar que o *Anfertil*, a partir do que foi apresentado, busca diferenciar-se dos outros métodos, seja os outros anovulatórios (apesar destas características apresentarem-se em todas as propagandas) ou métodos caseiros, como chás e beberagens ou a chamada tabelinha. O conforto vem pela facilidade garantida: basta tomar uma pílula por dia para sentir-se segura. Não é necessário ficar calculando os dias

---

<sup>9</sup>ANAIAS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.61. n.2. Fev. 1966. Propaganda do anticoncepcional *Anfertil*.

férteis do ciclo e evitar manter relações naqueles dias; não é preciso tomar poções para fazer “descer as regras”.<sup>10</sup>

O “bem-estar” deve ser proporcionado por essa comodidade, mas também pela diminuição de efeitos colaterais causados pelas altas dosagens hormonais. No anúncio acima a dosagem de hormônios é apresentada como uma vantagem do produto, pois é a menor dentre as três citadas. Entretanto, nos jornais em circulação na cidade de Fortaleza no período estudado, são constantes as matérias tratando sobre os inúmeros malefícios causados pelas pílulas, que iam desde a cefaléia ao câncer. Ainda assim, é interessante perceber que muitos dos anticoncepcionais citados nos jornais, como o *Anfertil* continuavam a ser comercializados dez anos depois, mesmo sendo considerados não-recomendáveis pela AMERJ - Associação médica do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Pacheco, a lista de remédios apontados como não – indicáveis tinha resultado

*(...) da experiência clínica dos médicos da AMERJ, de pronunciamentos de professores universitários brasileiros e estrangeiros de Medicina, Farmácia e Bioquímica, de denúncias idôneas às Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados, de pesquisas realizadas e divulgadas publicamente em 1970 pela secretaria do Estado de São Paulo, de contribuição espontânea da Consumer's Union dos Estados Unidos da América, de recomendações da American Medical Association (AMA) aos médicos norte americanos, e de decisões da Food and Drug Administration (FDA) dos EUA, cassando licença de medicamentos, retirando-os do mercado, negando licenciamento e obrigando o destaque das contra-indicações e riscos na embalagem externa de vários produtos.*<sup>11</sup> (PACHECO, 1978: 15-18)



Na relação apresentada constavam, dentre outras, as seguintes pílulas anticoncepcionais que eram vendidas em Fortaleza no ano de 1968: *Anfertil*, *Anovlar*, *Lindiol*, *Novulen* e *Ovulen*. O contraceptivo *Anovlar* era o mais vendido naquele momento na capital cearense. O balconista da Farmácia Pasteur informava que eram vendidas de 500 a 600 caixas por mês daquele contraceptivo.<sup>12</sup> Apesar dos efeitos colaterais – que obviamente não eram mostrados nas

<sup>10</sup> Motta coloca em discussão a utilização de chás e beberagens para fazer “descer as regras”. Como distinguir se trata-se de fazer vir a menstruação que está atrasada ou um aborto? Onde localiza-se a linha que separa e diferencia uma prática da outra? (MOTTA, 1999).

<sup>12</sup> “Farmácias vendem mais pílulas depois da encíclica.” *Unitário*. Fortaleza, 15. set. 1968. p.1

propagandas – serem conhecidos pelas mulheres, tentava-se mostrar nas imagens mulheres felizes com sua possibilidade de evitar a gravidez. A solução para poder ter uma vida tranqüila era apresentada com imagens e com palavras, como vemos no anúncio a seguir. A imagem lembra um porta-retrato, onde a mulher, que é o sujeito principal dos momentos apresentados, está sempre feliz. Notemos que ela, assim como a mulher presente na propaganda anterior, é casada. Diferente do anúncio anterior, neste a mulher aparece com os filhos (e não podemos descartar a possibilidade da senhora que aparece na outra propaganda ter também, visto que os filhos não acompanham as mães em suas consultas com ginecologistas). Assim, apesar de estar evitando a concepção neste momento, esta senhora já conhece a maternidade. Com o “planejamento” conseguido com a utilização das pílulas ela garante a “tranqüilidade” mostrada na imagem acima.<sup>13</sup>

Planejando o número de filhos, torna-se possível a vivência de momentos felizes com a família, que deve ser pequena. As telecomunicações, utilizando-se principalmente da televisão, tiveram importante papel na redução da natalidade, buscando convencer as pessoas a comprarem produtos diversos e fazendo-as perceber o quanto era oneroso criar os filhos. Assim, os casais tenderiam a evitá-los até mesmo por que sua renda estaria comprometida com as compras que tinha feito a prazo, facilitadas pela disponibilidade de crédito<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.69. n.2. Fev. 1970. Propaganda do anticoncepcional *Novulon*.

<sup>14</sup> As políticas de crédito ao consumidor eram seletivas, na medida em que facilitavam a compra de televisores, rádios e enceradeiras, mas dificultavam a aquisição de bens necessários para a melhor qualidade de vida da família, como alimentos, transporte, escola e remédios. (FARIA, 1989)



O outro incentivo para a diminuição de nascimentos seria a divulgação de um novo ideal de família . Esta deveria ser pequena e consumista. Tanto nas novelas como nos programas de auditório fazia-se a separação entre reprodução e atividade sexual e o culto à beleza do corpo. As mulheres que são apresentadas nas propagandas são, em geral, magras e belas. Até mesmo quando não aparecem subentende-se que é uma mulher que cuida de sua beleza.

Uma embalagem de anticoncepcionais que pode ser confundida com um estojo de pó compacto nos faz pensar que os produtos de maquiagem eram (ou deveriam ser) acessórios comuns na bolsa de uma mulher, o que não levantaria suspeitas. Por outro lado, ao usar as pílulas evita-se a (ou uma nova) gravidez e assim a modificação do corpo comum neste período e após ele. Interessante notar que apesar de não falar em “contracepção” ou “anticoncepcional” a propaganda acima menciona “planejamento”, fazendo-nos entender planejamento familiar.

Em outro anúncio a imagem brinca com a crença infantil, como vemos acima. Parte-se do pressuposto que o público que verá a imagem conhece a história da cegonha, que seria a responsável por trazer os bebês. Nesta imagem a cegonha aparece impossibilitada de “trazer” mais crianças, pois seu bico está imobilizado. O tecido que seria utilizado para acomodar os bebês tem outra função neste momento: prender o bico da ave.

Assim, apesar de não poder usar a palavra anticoncepcional na propaganda, o autor dela encontrou uma maneira de deixar clara a utilidade do produto. Ao dizer que *Seqüens* é “um método mais fisiológico para o controle planejado da ovulação”<sup>15</sup> o objetivo parece ser informar que sua ação no corpo feminino seria o mais aproximado do ciclo menstrual natural. Dessa maneira, mesmo que a mulher esteja tomando os anticoncepcionais, o efeito causado em seu corpo não deve fugir à sua “natureza”. Outra propaganda salienta a “identidade notável de *Ovanon* e o ciclo *normal* feminino”<sup>16</sup>

<sup>15</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.61. n.2. Fev. 1966. Propaganda do anticoncepcional *Seqüens*.

<sup>16</sup> Propaganda do anticoncepcional *Ovanon* do laboratório *Organon*. ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.69. n.3. Mar. 1970. Propaganda do anticoncepcional.

As aspas na palavra *natureza* e o grifo em *normal* servem para questionar o quanto o que é dito natural é também uma construção. É empobrecedor pensar o corpo como uma realidade pronta: ele é construído e reconstruído a cada dia. A menstruação, antes de ser um dado pronto, foi compreendida, naturalizada e vista como indispensável às mulheres e muitas vezes entendida até mesmo como sinônimo de saúde. Essa idéia permanece tão fixa que releituras e outras formas de pensar esse processo tido como natural ainda chocam.<sup>17</sup> Contudo, ao que parece nem sempre foi assim e cabe investigar como isso tornou-se possível. Ao fazer um levantamento de “nomes e expressões vulgares da Medicina no Ceará”, Chaves Júnior apresenta *adoecer* como sinônimo de menstruar. (CHAVES JÚNIOR, 1985:16)

Uma quebra com as naturalizações, embora não totalmente plena, que podemos visualizar nas propagandas de anovulatórios é a desvinculação entre mulher e mãe. Apontamos que essa quebra não é total porque em alguns anúncios as mulheres já aparecem com filhos, não negam a maternidade. O fato de a legislação brasileira em meados da década de 1970 ainda proibir o anúncio de métodos que impediam a gravidez e o código de ética médica vetar aos profissionais da medicina a possibilidade de anunciar clara ou veladamente métodos contraceptivos (MORAIS, 1973: 10) deixa pistas sobre a forma como a maternidade era encarada naquela situação histórica. Nas páginas dos jornais em circulação em Fortaleza na época, era freqüente o elogio às mães e várias as críticas ao controle de natalidade. Até mesmo médicos apresentavam-se desfavoravelmente em relação à pílula, como observa-se no trecho a seguir:

*O professor Max Schuler diretor da Fundação de Cancerologia de Beverly Hillie nos EUA, disse: “a pílula anticoncepcional é uma bomba de efeito retardado, cujo pavio tem a duração de 15 a 20 anos. Seu uso prolongado pelas mulheres jovens é um risco que não deve ser ignorado”.*<sup>18</sup>

O depoimento acima não era, porém, representativo de toda a classe médica:

*[...] uma das observações que têm sido feitas pelos médicos ginecologistas de todo o mundo é que a incidência de câncer na mulher é menor nas que estão fazendo uso das*

---

<sup>17</sup> Exemplo disso é a desconfiança relacionada às colocações do médico e pesquisador Elsimar Coutinho, autor do livro “Menstruação, a sangria inútil” (COUTINHO, 1996).

<sup>18</sup> Anticoncepcionais, que mal fazem? **O Povo**, Fortaleza, 12 de junho de 1976. p. 40

*pílulas anticoncepcionais. [...] um dos hormônios que compõem a pílula – os progestogênicos – são até anticancerígenos, ao mesmo tempo que têm sido empregados no tratamento do câncer metastático do corpo do útero. (RAMOS, 1970: 109-110)*



Os esclarecimentos acima são de médicos, o que lhes dá confiabilidade. Trata-se, portanto de um discurso que recebe um certo estatuto. (FOUCAULT, 2002: 45) Entretanto eles são opostos. A questão aqui colocada não é a de que “em quem se deve confiar mais?”; o objetivo não é a busca de uma verdade. O que queremos demonstrar é que foram com opiniões contraditórias que as mulheres que viveram as décadas de 1960/1970 se depararam quando o assunto era contracepção e em meio a tantas opiniões, as mulheres, as donas dos corpos de que tanto falam, não foram ouvidas. Por outro lado, quando observamos as imagens da contracepção nas propagandas de pílulas onde estas são colocadas como promotoras do conforto, da eficácia, do bem-estar e da segurança, símbolos de modernidade, quase esquecemos que tais pílulas foram testadas em mulheres pobres do Haiti e de Porto Rico, países chamados de “campos de prova” na imprensa. (PEDRO, 2003: 241) Os contraceptivos orais destinavam-se às mulheres casadas e que moravam na cidade. Assim como os objetos que a cercam, seu corpo deve tender para o progresso e a perfeição. A mulher que quer ser moderna recorre ao médico para consultá-la: ele é o mais indicado para receitar-lhe o que é melhor; fazendo uso da contracepção ela pode dispor de mais tempo para si, e assim levar seus filhos à praia, cuidar melhor da casa (mas fazendo uso de utensílios modernos, como o aspirador de pó) ou trabalhar.<sup>19</sup>

A palavra-chave da centúria passada parece ter sido saúde. Contudo, esta se fez (e ainda se faz) a custa de uma forte interferência da técnica e da ciência, onde ser saudável é, além de um direito, o que se espera de todos. A medicina do ocidente define comportamentos, proíbe prazeres e regula o cotidiano em suas recomendações (MOULIN, 2009:18). E nesse último caso podemos citar o exemplo dos contraceptivos orais que exigem que as mulheres os tomem, todos os dias e no mesmo horário; caso contrário sua eficácia será diminuída, o que deve ser compreendido como responsabilidade de quem não seguiu corretamente as indicações médicas. Já na década

<sup>19</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.68. n.4. Out. 1969. Propaganda do anticoncepcional *Anfertil*.

de 1960 as cartelas eram as de tipo “estojo-calendário” onde indicavam-se os dias da semana e garantia-se a tomada das drágeas no dia certo. Outra solução encontrada pelos laboratórios e que remonta ao final daquela década e início da década de 1970, são as pílulas sem efeito ativo. As cartelas de *Anacyclin*, por exemplo, eram compostas por 28 comprimidos que deveriam ser tomados sem interrupção. Os 22 de cor vermelha continham a associação hormonal, os outros 6, de cor branca, eram desprovidos de atividade. As mulheres deveriam tomar os comprimidos sem interrupção, e o intervalo entre os de cor vermelha – com atividade – seria feito com a tomada das pílulas brancas. Dessa forma garantia-se a tomada regular dos comprimidos, propiciando uma *maior eficácia e segurança*. O slogan do produto era: “faz esquecer o calendário!”<sup>20</sup>. Desta forma a pílula tornar-se-ia parte integrante do cotidiano, onde o normal e saudável é tomá-la e torná-la parte da rotina, como se ela fosse parte integrante do organismo da usuária.

Uma das estratégias das mulheres que utilizavam-se dos comprimidos anovulatórios era tratá-los como se fossem apenas indicados para a solução de problemas ginecológicos. Souza Junior a partir de entrevista feita a um farmacêutico aponta que, nas décadas de 1960 e 1970 as mulheres chegavam às farmácias com certa tranqüilidade para solicitar as pílulas. Sem nenhuma discricção, faziam seus pedidos da porta do estabelecimento e em voz alta. O fato de não serem comercializados com o nome *anticoncepcional* lhes dava essa oportunidade. (SOUZA JUNIOR, 2006: 63)

O conceito de saúde reprodutiva apresenta idealizações que findam por transformar-se em utopia. O bem-estar de que se fala não leva em consideração as disparidades e contradições sociais, econômicas e políticas existentes. Além disso, os padrões colocados transformam a saúde em mercadoria; como vimos, apesar de algumas marcas serem consideradas não-recomendáveis, as pílulas continuaram a ser disponibilizadas no mercado. Por sua vez, as mulheres constituíram usuárias assíduas de um produto divulgado na imprensa como causador de doenças graves, como o câncer. Entretanto, o que pode ser encarado como um perigo para a saúde destas mulheres que se submeteram a um produto relativamente novo, recém saído de testes – tendo em vista

---

<sup>20</sup> ANAIS BRASILEIRO DE GINECOLOGIA. Rio de Janeiro. v.69. n.6. Jun. 1970. Propaganda do anticoncepcional *Anacyclin*.

que a pílula foi apresentada em 1960 como anticonceptiva e em 1962 já estava sendo comercializada no Brasil – deve ser pensado também no âmbito da autonomia feminina, onde hierarquias eram negadas e o corpo repensado.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada** – as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção – a explicação histórica dos quadros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O olhar renascente.** Pintura e Experiência Social da Itália da Renascença. Tradução de Maria Cecília Preto R. Almeida. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CIPD 1994, parágrafo 7.2 In: COSTA, Ney Francisco Pinto. (org.). **BEMFAM: 40 anos de história e movimento no contexto da saúde sexual e reprodutiva** – Rio de Janeiro: BEMFAM, 2005

FARIA, Vilmar Evangelista. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: **Revista Ciências sociais hoje, 1989** – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, ANPOCS, 1989.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: FNUAP, 1993.

FOUCAULT. Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 2002.

MENEZES. Ulpiano T. Bezerra de. **O fogão da *Société Anonyme Du Gaz*** – sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária. In: Projeto História. Nº 21, Nov. 2000. São Paulo: EDUC, 2000.

MORAIS, Benjamin de. Planejamento familiar e Legislação Brasileira. **Boletim da BEMFAM**, Ano VII, nº 80, out. nov. e dez. 1973, pp.8-10

MOTTA, Flávia de Mattos. *Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto.* In: **Revista Estudos Feministas.** v. 7 . Nº1-2. Florianópolis: UFSC, 1999.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: **História do corpo 3: as mutações do olhar. O século XX.** Volume dirigido por Jean-Jacques Courtine. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 15-82.

NOBRE, G. S. **Introdução à História do Jornalismo Cearense** Fortaleza: NUDOC, 2006.

PACHECO, Mário Victor de Assis. **A máfia dos remédios**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

PEDRO, Joana Maria. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. In: **Revista Brasileira de história**. v.23 n.45 São Paulo. 2003.

RAMOS, Antonio Vespasiano. “A pílula”. **Jornal Brasileiro de Ginecologia**. Rio de Janeiro, vol 69, nº 2, p. 109-110, fev. 1970.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. (org.). **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. 2ª ed. – São Paulo: Estação liberdade, 2005.

SCAVONE, Lucila. *Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos*. In: **Cadernos Pagu** (10).São Paulo: Núcleo de Estudos de gênero/UNICAMP, 1998.

SCAVONE, Lucila (comp). **Gênero y salud reproductiva em América Latina**. 1ª ed. – Cartago: Libro Universitario Regional. 1999.

SOUZA JÚNIOR, Aujôr. **A política demográfica da Igreja e a medicalização da contracepção (1960-1980)**. 2006. 158f. (Mestrado em História Cultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006